

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: O QUE É SER PROFESSOR NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MINAS GERAIS

Kátia Luciana Gonçalves Xavier 1

Raquel Quirino Gonçalves 2

RESUMO

Este artigo vislumbra analisar o trabalho docente na escola que funciona dentro do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, considerando as condições de trabalho dessa classe trabalhadora, bem como as condições de formação continuada, que inclui o olhar para a questão do gênero, roupas, jóias, posturas, que devem ser seguidas nesse sistema. Abordar o trabalho temporário, que se realiza em diversos espaços e setores do mundo produtivo, que também se faz presente na operacionalização das políticas públicas e sociais, como é o caso da escola do Sistema Socioeducativo, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais mencionada, onde todos os servidores são contratados, que atendem o contingente de adolescentes acautelados pelo estado, portanto, gerando um grande rodízio de docentes no espaço socioeducativo. O regime de contratação temporária tem permitido ao estado de Minas Gerais economizar recursos e reduzir custos de implementação de serviços e de formação continuada. Por outro lado, isso vem precarizando as relações trabalhistas e os serviços públicos prestados na execução finalística da política socioeducativa de Minas Gerais. O regime de contratação temporária não permite a estabilidade no emprego, e o salário tem sido precarizado devido à limitação dos direitos trabalhistas, pois não dá direito a um Plano de Carreira. Além disso, a precarização dos serviços tem impedido a qualidade do atendimento e da qualidade dos serviços oferecidos. Consequentemente, está comprometendo o bom andamento da política socioeducativa do estado, quando a medida socioeducativa de correção se sobrepõe a medida de educação, e também na desvalorização da carreira docente.

Palavras-chave: Trabalho Docente; Socioeducativo; Formação Continuada.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva conhecer as características de funcionamento da escola localizada dentro do Sistema Socioeducativo, em unidades de internação, por meio de revisão de literatura, através de pesquisa bibliográfica.

Para Gil (1996, p. 48), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já Oliveira (2007, p. 69), ressalta que a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.

e na qual foram selecionadas 4 pesquisas, das quais emergiram as seguintes temáticas a serem tratadas na discussão.

A pesquisa bibliográfica se deu a partir de pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTN), teses da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Minas Gerais.

Para a busca de dissertações e teses como fontes de pesquisa, foram empregados os descritores: Trabalho Docente; Socioeducativo; Formação Continuada, tendo como recorte temporal o ano de 2017 a 2022, no idioma português.

A questão que orientou a busca dessas teses foi: Como funciona a escola dentro do Sistema Socioeducativo?

Foram encontradas 3504 resultados de teses. Dentre esse montante, foram selecionados por assunto na área de educação, que resultou em 172 resultados de teses.

A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do resumo do material encontrado, em uma abordagem qualitativa, o que levou a seleção de 4 (quatro) teses que enfatizam o trabalho docente no ambiente do Sistema Socioeducativo e sua formação continuada.

Pretende-se com esse artigo, mostrar como a escola se faz espaço de relações e de construção de vidas, capaz de transformar a história de vida desses adolescentes acautelados pelo estado, mesmo tendo condições em sua estrutura física e pedagógica tão precárias.

Pretende-se ainda, mostrar as condições de trabalho desses professores, sua forma de contratação temporária, que leva esses profissionais a uma precarização do trabalho, levando a perda de direitos e insegurança na vida financeira desses professores e apresentar as considerações finais.

Objetiva-se com esse artigo, verificar a situação atual dos professores que trabalham em caráter de contratação/convocação temporária na escola estadual dentro do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, no tocante ao seu perfil, seus direitos, sua forma de contratação e realização do trabalho.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

Este trabalho está estruturado em 4 seções, além desta Introdução. Inicialmente abordaremos a criação da escola e turmas dentro desse espaço de reclusão, em seguida acerca da precarização do trabalho temporário docente, mencionando os resultados dessas teses e apresentaremos as considerações finais.

A CRIAÇÃO DA ESCOLA SOCIOEDUCATIVA:

Em comum acordo, Estados, Distrito Federal e os Municípios, em parceria, após perceberem a importância de uma escola pública no interior das unidades socioeducativas, lançaram o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo no ano de 2013, o qual tinha como uma de suas diretrizes:

Garantia da oferta e acesso à educação de qualidade nos centros de internação, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do atendimento socioeducativo. A legislação definiu, portanto, a obrigatoriedade de uma escola pública no interior das unidades de internação (BRASIL, 2013, p. 09).

Além disso, documentos normativos como o da Constituição Federal de 1988 no Artigo 277, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei nº 12.594 de 2012, referendam a instituição escolar, implantadas dentro das unidades de internação do Sistema Socioeducativo. Nesse sentido, a escola dentro das unidades de internação é considerada a base da socioeducação, tornando a matrícula e frequência escolar do adolescente como medida obrigatória, como eixo essencial de atendimento e como uma das principais garantias de direito desse adolescente.

Arraz, (2022), descreve como é trabalhar na escola dentro do Sistema Socioeducativo da seguinte forma:

“...muros e grades expressa as experiências das professoras que precisam adaptar-se cotidianamente a esse espaço educacional, sendo um cenário “adornado” com horários rígidos e controlados, normas e regras que lhes impõem uma rigorosa disciplina e as deixam vulneráveis, diante do imprevisível e improvável, o que é inerente em um ambiente de aprisionamento.”

Com relação ao espaço físico, ficou evidente que a escola possui uma precária estrutura. O Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2012), conduziu o relatório “Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação”, onde ficou constatado que parte das unidades de internação não possuía em sua estrutura física espaços destinados à realização de atividades consideradas obrigatórias para a concretização dos direitos fundamentais assegurados pela legislação: 49% das unidades não possuíam biblioteca, 69% não dispunham de sala com recursos audiovisuais e 42% não havia sala de informática.

O Estado de Minas Gerais possui 24 Unidades Socioeducativas, que são administradas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), por meio da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE). Dentro dessas unidades foram implantadas escolas estaduais pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG), para adolescentes que cometeram atos infracionais e ficam acautelados pelo estado de Minas Gerais em cumprimento de medida de internação e internação provisória.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

Esses adolescentes se encontram acima da idade recomendada para determinado nível de escolaridade, isto é, sua grande maioria se encontra em distorção idade/ano de escolarização.

As turmas então são criadas pela Superintendência Regional de Ensino, no Sistema de Gestão da Rede Estadual (SIMADE) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – na aba do Plano de Atendimento (2023), levando-se em conta essa especificidade, criando turmas de correção de fluxo como descrito abaixo. Exemplo de turmas de uma das unidades na região metropolitana de Belo Horizonte:

CORREÇÃO DE FLUXO – 1º AO 5º SOCIO EF AI REG – 1 TURMA

CORREÇÃO DE FLUXO – 6º AO 7º SOCIO EF AF REG – 2 TURMAS

CORREÇÃO DE FLUXO – 8º AO 9º SOCIO EF AF REG – 2 TURMAS

1º SOCIO EM REG – 2 TURMAS

2º SOCIO EM REG – 1 TURMA

3º SOCIO EM REG – 1 TURMA

EF AI REG – Ensino Fundamental Anos Iniciais – Regular

EF AF REG - Ensino Fundamental Anos Finais – Regular

EM REG – Ensino Médio - Regular

Independente da quantidade de alunos, a turma é criada, a fim de resguardar o direito à educação do adolescente, bem como poderá ser encerrada, mediante o desligamento do mesmo do Sistema Socioeducativo, que se desvincula da medida de internação e volta para as escolas fora desse sistema, seguindo a Resolução SEE nº 4.869, de 05 de julho de 2023.

Para Silva (2017), aspectos como a presença de grades na sala, um quantitativo de apenas 10 estudantes em cada sala, a proibição por medida de materiais (caneta, régua, papel e outros), a presença de agentes de segurança na porta de cada sala contribuem significativamente para o desinteresse discente.

Devido a questão de segurança, Arraz (2022), relata através das narrativas das docentes, que elas precisam se programar em relação ao material que vão levar para a sala de aula, o ambiente é monitorado e o controle de todos os atos e ações que impõem as professoras um estado de alerta constante, em um ambiente de aprisionamento, busca preservar a sua integridade física e moral, como também a possibilidade de realização das atividades educacionais, haja vista, segundo as próprias participantes, não haver nenhum “preparo” prévio para se trabalhar no ambiente de reclusão, o que, de certa forma, impõe às participantes lidar com a imprevisibilidade e fazendo um elo com o Agente de Segurança Socioeducativo que também fica dentro da sala de aula.

O estado segue algumas resoluções específicas, como a Resolução SEE Nº 4.869, de 05 de julho de 2023 – Plano de Atendimento e a Resolução SEE Nº 4.784, de 04 de novembro de 2022 – Contratação Temporária.

No que tange a contratação temporária, a Seção I – DA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA DO CARGO DE PEB, o professor deverá cumprir uma jornada de 24 (vinte e quatro) horas

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

semanais, sendo destas, 16 (dezesseis) horas semanais destinadas à docência e 8 (oito) horas semanais destinadas às atividades extraclasse, 4(quatro) horas semanais em local de livre escolha do professor e 4(quatro) horas semanais na própria unidade de Ensino ou em local definido pela direção, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.

Já o processo de convocação/contratação temporária, segue a Orientação de Serviço SG/SB/SEE Nº 02/2023 – Contratação Temporária nas Escolas Estaduais inseridas nas Unidades Socioeducativas. O Diretor deverá coordenar a contratação/convocação temporária nas escolas estaduais, presenciais e após registrarlas no sysadp.

Além de entrevistas com a direção da unidade escolar, o professor deve apresentar um Atestado de antecedentes criminais.

São muitas as restrições para adentrar nesse espaço, dentre elas é proibido portar objetos eletrônicos como computador e celular, projetos que promovam premiação, vestir-se com decotes acentuados, camisetas regatas, roupas curtas ou transparentes, tirar fotos sem autorização, divulgar fotografias e fatos ocorridos no interior das unidades. O uso do jaleco é opcional na orientação, mas o que se observa é que todos os professores usam.

Vê se que esse professor, não tem liberdade de escolher as vestimentas para o local de trabalho, há a orientação de sapatos fechados e confortáveis, bem como não usar acessórios grandes. Esse professor entra no regime de internação, sem ter cometido um ato infracional, perde sua liberdade em vários sentidos.

De acordo com a narrativa docente, quando há o primeiro contato da professora com esses estudantes acautelados, não existe uma noção do universo que, por detrás dos muros da instituição, determina e direciona comportamentos, ainda mais sem experiência, como expressado pela professora “minha alma saiu do corpo”, nesse sentido muitas professoras que não conseguiam e pediam para sair, alegando falta de adaptação, sendo relacionada às condições de trabalho desfavoráveis e a falta de valorização. Nota-se que existe um grande pré-conceito, muito medo e a insegurança desse profissional em atuar nesse ambiente, nos relata Arraz (2022) em sua pesquisa.

Também se é exigida uma Declaração Assinada, que referenda que esse professor ao ser contratado deverá construir conhecimento da escolarização enquanto eixo da medida socioeducativa, tratar questões de indisciplina, valores, impasses nas relações, construir o plano de trabalho, preparar os alunos para os exames do ENEM e ENCCEJA, conhecer o histórico escolar e a defasagem do estudante, participar de encontros junto aos familiares dos adolescentes, participar dos estudos de caso, juntamente com a equipe da unidade, participar dos cursos de formação continuada realizados pela escola, Secretaria de Estado de Educação, Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo ou outro órgão público estadual, ser ético ao lidar com o adolescente no contexto de privação de liberdade.

Na socioeducação, (SILVA, 2017), enfatiza que muito se tem debatido sobre o perfil do profissional, devido ao fato de que se trata de atuar com o compromisso social e ético de formar sujeitos críticos que recusem o lugar social no qual foram colocados sem, contudo, romper com as regras sociais e éticas vigentes, por isso pensa-se na sociodocência como uma ação de ensinar para o projeto de vida, mediante processos educativos orientados para a transformação social.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

Inicialmente, nos primeiros 45 dias de internação provisória é convocado um PEB – Regente de Turma, que desenvolverá oficinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Arraz (2022), reforça que é preciso evidenciar a ausência da formação acadêmica específica para professores que desenvolvem atividades em escolas dentro de um ambiente de reclusão. Para esse autor, se trata de um ambiente de reclusão, que desencadeia a insegurança nos professores, de questões vinculadas à violência e ao delito.

Há que se levar em consideração a questão da rotatividade de alunos em uma escola prisional, é um fator agravante, para uma proposta sistemática de ensino, nos direciona Arraz (2022).

Quanto a utilização de recursos tecnológicos, Frigotto (1995, p. 40-41), aponta que os novos recursos tecnológicos são controlados pelos interesses do novo padrão capitalista de acumulação do capital no setor educativo, que visa transformar o conhecimento em uma mercadoria a ser vendida no mercado global. Nesse sentido, a tecnologia passa a ser utilizada como um instrumento de controle e alienação, propiciando um processo de desumanização da educação.

Isso se reflete na própria estrutura da sala de aula, que passa a ser organizada de forma padronizada, com as mesas enfileiradas e o professor no centro, assumindo o papel de transmissor do conhecimento. Ao mesmo tempo, a tecnologia é utilizada para impor uma lógica de consumo de produtos educacionais, como livros didáticos e sistemas de ensino.

Ainda de acordo com Frigotto (1995), esse novo padrão de acumulação do capital resultou em um crescente processo de exclusão social no campo educacional. A tecnologia, ao invés de promover a democratização do conhecimento, acabou se tornando um instrumento de reprodução das desigualdades.

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância de uma reflexão crítica sobre o uso da tecnologia na educação. Ela não pode ser tratada como uma mercadoria a ser vendida e consumida, mas sim como um direito fundamental de todos os indivíduos.

A Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, instituiu o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais – PEE – para o período de 2018 a 2027, visando ao cumprimento do disposto no art. 204 da Constituição do Estado e no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Aqui, damos enfoque a meta 16:

Meta 16 – Valorização dos profissionais de magistério da educação básica da rede estadual, buscando-se a diminuição da desigualdade entre o seu rendimento médio e o dos profissionais de outras áreas com categoria e escolaridade equivalentes, respeitada a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Segundo Tardif (2001, p. 112), o professor é visto “como sujeito (cognitivo, individual e social) do saber e não meramente como aplicador de teorias”.

Esse reconhecimento do papel do professor como sujeito desse saber implica que ele não apenas aplica teorias na sala de aula, mas também as interpreta, adapta e transforma de acordo

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

com o contexto em que está inserido. O professor não é apenas um mero transmissor de conhecimento, mas também um agente ativo na construção do conhecimento em sala de aula.

Para o autor, o professor também é um sujeito social, ou seja, está inserido em uma determinada cultura, com suas próprias crenças, valores e práticas. Esses aspectos influenciam diretamente sua forma de ensinar e aprender, bem como suas interações com os alunos.

Nos estudos de Bauman e Hall, compreendemos que a identidade é algo mutável, flexível, e que está em constante mudança.

Para FOUCAULT, (1986), em seu livro "As palavras e as coisas", o autor afirma que a identidade não é algo fixo e essencial, mas sim algo que é socialmente construído e constantemente negociado. Ele argumenta que a identidade é uma construção histórica e cultural, e que está sempre sujeita a mudanças e transformações.

Para Foucault, a identidade é o resultado de um conjunto de práticas e discursos que regem a forma como os indivíduos se relacionam consigo mesmos e com os outros. Ele afirma que a identidade não é algo que possuímos naturalmente, mas algo que nos é atribuído e que nos identificamos.

Além disso, Foucault argumenta que a identidade não é individual, mas sim social. Ele afirma que a identidade de um indivíduo está intrinsecamente relacionada com as normas e regras que governam a sociedade em que ele vive. Portanto, a identidade não é apenas um traço pessoal, mas também uma forma de pertencimento e de participação social.

O pensamento do educador Paulo Freire (1997), defendia a importância de uma educação integral, que não separasse o tempo de aprender, do tempo de trabalhar e do tempo de descansar.

Freire acreditava que a aprendizagem não deve ser vista como algo pontual e separado da vida cotidiana e das atividades laborais. Pelo contrário, ele defendia que o ato de aprender deve ser integrado às diversas dimensões da existência humana, como o trabalho e o descanso.

Segundo Freire, o processo de aprender não deve estar restrito apenas ao espaço escolar, mas deve estar presente em todas as situações cotidianas em que as pessoas possam adquirir conhecimentos e construir saberes.

Para ele, a educação precisa ir além da transmissão de conteúdos e da formação técnica, buscando estimular o desenvolvimento integral do indivíduo, considerando suas habilidades, experiências e valores.

Tardif (2002, p. 228), "os professores de profissão possuem saberes específicos que são mobilizados, utilizados e produzidos por ele no âmbito de suas tarefas cotidianas". Esses saberes específicos incluem conhecimentos teóricos sobre a disciplina que ensinam, habilidades pedagógicas para transmitir esse conhecimento aos alunos e conhecimentos práticos baseados em suas experiências no ensino.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

Tardif (2002), menciona que existem diferentes tipos de saberes, que podem ser classificados em saberes profissionais, disciplinares, curriculares e experienciais.

Os saberes profissionais referem-se aos conhecimentos específicos relacionados a uma determinada área de atuação profissional. São saberes adquiridos por meio da formação acadêmica, da experiência e da prática profissional.

Os saberes disciplinares são aqueles relacionados a uma determinada disciplina ou campo do conhecimento. Eles são construídos por meio do estudo sistemático de uma área específica de conhecimento.

Os saberes curriculares estão relacionados ao currículo, ou seja, ao conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que são considerados importantes para serem ensinados e aprendidos em determinado contexto educacional.

Por fim, os saberes experienciais são aqueles adquiridos por meio da experiência prática e vivencial. São saberes que surgem a partir das vivências e das atividades cotidianas, e podem ser caracterizados como conhecimentos tácitos e contextuais.

Para o autor, os saberes docentes são temporais porque passam por transformações relacionadas às fases da carreira docente. Ao longo da carreira, os professores adquirem experiências, conhecimentos e habilidades que moldam e transformam seus saberes. Essas transformações estão relacionadas às diferentes etapas e experiências vivenciadas pelos docentes.

No início da carreira, os professores tendem a se concentrar mais na aquisição de conhecimentos teóricos e técnicas para a prática docente. Eles aprendem sobre teorias educacionais, estratégias de ensino, metodologias pedagógicas e desenvolvimento curricular.

À medida que ganham experiência e se tornam mais proficientes em sala de aula, os saberes dos professores evoluem. Eles começam a incorporar suas próprias experiências de ensino, reflexões e intuições em sua prática. Isso envolve uma compreensão mais profunda dos contextos de aprendizagem dos alunos, a capacidade de adaptar e ajustar suas estratégias de ensino de acordo com as necessidades dos alunos e a capacidade de lidar com situações imprevistas.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO TEMPORÁRIO:

Os recursos para as políticas sociais ou as políticas de ação, ou seja, de intervenção em problemas e necessidades coletivas, tenderão a receber menos recursos orçamentários, os recursos destinados para essas políticas consistirão em coberturas assistenciais para administração da pobreza, desempenhado por trabalhadores temporários, parciais, terceirizados, nos informa Barros (2019).

Barros (2019), nos informa que afim de reduzir os custos com a força de trabalho na década de 1990, foi utilizada força de trabalho por tempo determinado nos serviços públicos considerados não essenciais para o Estado neoliberal, como a política socioeducativa que até

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

o ano de 2012 pertencia à carreira de assistência social, quando houve a divisão e a criação de uma carreira específica para a política socioeducativa. Para Barros (2019), esse movimento se deu em consonância com a aprovação da lei nacional que cria e regulamenta o Sistema Nacional Socioeducativo, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2012.

A profissão docente está cada dia mais, com a credibilidade baixa, de acordo com Silva (2019, pág. 91), houve uma mudança no perfil dos estudantes, uma má formação ainda na graduação, a má gestão dos concursos de admissão de professores, a falta de seriedade nas avaliações de estágio probatório, a falta de políticas para a educação básica, salários precários e de péssimas condições de trabalho.

No tocante à consolidação da precarização do trabalho docente, surge o Projeto de lei Nº 875/2023, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de profissional para o exercício das funções de magistério da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

Art. 10 – A remuneração do contratado temporário será fixada tomando como referência o vencimento básico inicial da carreira correspondente às funções que lhe serão atribuídas somado às vantagens estatutárias previstas em lei devidas aos servidores de magistério tomados como referência, nos termos de regulamento.

§ 2º – Não serão atribuídas ao contratado temporário do magistério as vantagens de natureza individual, a concessão de progressão e promoção na carreira e demais vantagens e direitos estatutários cujos critérios de percepção se apliquem exclusivamente ao ocupante de cargo de provimento efetivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 17 – O contrato temporário firmado com fundamento nesta lei será extinto nas seguintes situações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado temporário do magistério;

III – pela extinção da causa transitória justificadora da contratação;

IV – por descumprimento de cláusula contratual pelo contratado, nos termos do procedimento previsto no artigo 15.

O professor não terá direito a promoção e progressão na carreira, bem como não terá direito as férias prêmio, seu salário será o mesmo do início de carreira até sua aposentadoria, levando esse profissional ao adoecimento.

Silva (2019) nos diz que, de acordo com Codo e Menezes (1999) explicitaram também possíveis causas geradoras do Burnout, entre os professores como: a) problemas de disciplina na escola; b) violência e falta de segurança; c) administração insensível aos problemas do professor; d) burocracia no processo de trabalho; e) pais omissos; f) falta de autonomia profissional; g) salários inadequados; h) ausência de perspectiva de ascensão na carreira docente e i) preparo profissional inadequado.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

Mesmo após aprovada a Lei nº 11.738/2008, que estipula o piso salarial para os professores, poucos estados cumprem integralmente o valor estipulado, esses dados foram levantados no ano de 2016 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Já Morais (2002), relata que o fator que é realmente agravante, é a ausência de uma política séria voltada prioritariamente para a educação, que valorize os educadores e incentive o trabalho por meio de uma equipe escolar.

Entre os principais fatores apresentados por esses docentes como desencadeadores dos seus processos de adoecimento, Silva destaca a sobrecarga de trabalho, condições precárias de trabalho existentes na escola, baixos salários, intensificação das funções e das atividades docentes, novas formas de regulação do trabalho escolar e avaliação sistêmica do desempenho dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Há que se investir na concretização de ações políticas mais contundentes no que diz respeito à formação inicial e continuada dos professores e na implantação de propostas curriculares adequadas às necessidades desses estudantes acautelados, visando as trajetórias marcadas por exclusão, marginalização e o impacto do aprisionamento, além das trajetórias escolares interrompidas e/ou marcadas por insucessos.

Tardif & Lessard (2006), corroboram com esta idéia ao enfatizarem que a formação teórica do professor deve dialogar diretamente com a formação prática, com uma experiência direta do trabalho, experiência à qual o trabalhador se familiariza com seu ambiente e assimila progressivamente os saberes necessários à realização de suas tarefas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As dificuldades enfrentadas continuam voltadas apenas para a disciplina, a segurança e a vigilância do acautelado, o que dificulta a obtenção de êxitos em atividades que possam colaborar para sua reinserção social.

Faz se importante estudar a formação, os saberes e a prática pedagógica das docentes no cotidiano de uma escola situada no ambiente socioeducativo. O trabalho temporário é uma modalidade contratual que precariza as relações de trabalho no serviço público, principalmente porque enfraquece a noção do Estado Democrático de Direito, por meio do reforço de condutas morais que incentivam o clientelismo, o patrimonialismo, o corporativismo e o assédio moral.

A implementação de políticas de formação adequadas e contextualizadas com a realidade do sistema socioeducativo e dos alunos privados de liberdade, amparadas, sobretudo, por princípios democráticos, éticos e políticos, possibilitando a autonomia intelectual do professor e a valorização na carreira.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ARRAZ, Fernando Miranda. “No início tive uma sensação de medo”: o exercício da docência em um ambiente socioeducativo – trajetórias de vida-formação-docência. 2022, 139f. Dissertação (PROMESTRE, Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional Educação e Docência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: Acesso em: 02 abr. 2022.

BARROS, Eduardo Augusto Rodrigues, 2019. O trabalho temporário no serviço público. Brasília – DF. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ed. 246-C, p. 27833, 25 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

COSTA e MUELLER – Mateus Felisberto e Rafael – Flexibilização e Precarização do Trabalho Docente: uma análise das condições de trabalho dos Professores Admitidos em Caráter Temporário no Magistério Público de Santa Catarina – Revista de Ciências Sociais – 2020.

DUARTE, Alisson José Oliveira. Processo de constituição da identidade profissional de professores da educação escolar de uma unidade prisional de Minas Gerais. 2017. 141 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2017.

Projeto de Lei nº 875/2023 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de profissional para o exercício das funções de magistério da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

SILVA, Christina Pereira. O trabalhar docente com adolescentes em conflito com a lei: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília.

TARDIF, Maurice; **LESSARD**, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

1 Graduando do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, klxavier@yahoo.com.br;

2 Professor orientador: Pós-doutorado em Educação pela UFMG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG, quirinoraquel@hotmail.com